COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.424, DE 2005

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a sinalização retro-refletiva nas caçambas coletoras de entulhos de obra.

Autor: Deputado MAX ROSENMANN

Relator: Deputado HUGO LEAL

I - RELATÓRIO

Pelo presente Projeto de lei, pretende o seu ilustre Autor alterar o diploma legal mencionado na ementa ("Código de Trânsito Brasileiro"), para obrigar a sinalização retro-refletiva nas caçambas coletoras de entulhos de obras.

Ainda em 2005 o Projeto foi distribuído à CVT – Comissão de Viação e Transportes, mas não chegou a ser apreciado à época.

Após o regular desarquivamento no início da Legislatura, aquela Comissão afinal o aprovou nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado CRISTIANO MATHEUS.

Agora o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do Projeto epigrafado é válida, pois trata-se de alterar lei federal, competindo mesmo à União legislar, privativamente, sobre Trânsito (CF: art. 22, XI). A iniciativa não é reservada outrossim.

Ultrapassada a questão da iniciativa, vemos que a proposição não oferece outros problemas no terreno jurídico. Já a técnica legislativa merece reparos, e achamos por bem oferecer o Substitutivo em anexo ao Projeto neste sentido.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.424/05.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado HUGO LEAL Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.424, DE 2005

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a sinalização retro-refletiva nas caçambas coletoras de entulhos de obra.

Autor: Deputado MAX ROSENMANN

Art. 1º O § 2º do art. 95 da Lei nº 9.503, de 23 de

O Congresso Nacional decreta:

Sala da Comissão, em

Deputado HUGO LEAL Relator

de

de 2008.